

Sumário

Apresentação	11
Prefácio	15
1. O <i>jus postulandi</i>	19
1.1. Conceito	20
1.2. Terminologia	23
1.3. Raízes históricas	25
1.4. Disciplina legal	26
1.4.1. Na legislação nacional	26
1.4.2. No Direito estrangeiro	33
1.4.3. Nos tratados internacionais	35
2. Acesso à justiça e a contribuição da obra de Cappelletti e Garth	38
2.1. A moderna concepção de acesso à justiça	40
2.2. O acesso à justiça como direito fundamental na Constituição de 1988	43
2.3. O <i>jus postulandi</i> e o princípio da dignidade da pessoa humana	45
2.3.1. Conceito de dignidade da pessoa humana	46
3. A superação do <i>jus postulandi</i> diante da premissa de efetividade ao acesso à justiça e da natureza de direito fundamental	48
3.1. <i>Jus postulandi</i> e devido processo legal	49
3.2. <i>Jus postulandi</i> e advocacia como função essencial ao acesso à justiça	54
3.3. O <i>jus postulandi</i> e ADI 1.127-8	58
3.4. A inviabilidade do <i>jus postulandi</i> no plano prático	62
3.4.1. ‘Da crise do Judiciário e o papel do advogado	62
3.4.2. Das dificuldades enfrentadas pelos magistrados para atuarem diretamente com as partes	65
3.4.3. Das dificuldades da parte de deduzir pessoalmente seu direito em juízo	73

4. A assistência jurídica integral e gratuita como dever primário do Estado na concretização do acesso efetivo à justiça	77
4.1. A diferença entre assistência judiciária gratuita, gratuidade de justiça e assistência jurídica integral.....	77
4.2. O papel da Defensoria Pública no que toca ao efetivo acesso à justiça	81
4.3. As entidades não estatais que prestam serviços de assistência judiciária gratuita.....	88
4.3.1. Os sindicatos	88
4.3.2. A advocacia <i>pro bono</i>	93
4.3.3. A assistência jurídica voluntária.....	97
4.3.4. Os núcleos de prática jurídica das instituições de ensino superior	105
Conclusão	109
Referências	113
Anexos	121